

Unidade 1

**A Educação Alimentar e Nutricional
(EAN) no Brasil**

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Brasil

Objetivo de Aprendizagem:

Apresentar o histórico da Educação Alimentar e Nutricional e os principais pontos do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas.

Enfim chegamos ao último módulo do nosso curso! Como já falamos anteriormente ele tratará integralmente da Educação Alimentar e Nutricional (EAN), portanto todas aquelas “pinceladas” sobre o assunto se materializarão nesse momento.

Buscando oferecer o melhor conteúdo a vocês, selecionamos mais alguns autores com expertise no assunto para colaborar com as unidades desse módulo. Esperamos que vocês gostem e aproveitem! Nessa primeira unidade falaremos sobre a história da EAN no Brasil e apresentaremos o principal documento para embasar suas ações. Tudo isso sob o olhar da Professora Doutora Claudia Soar.

Histórico da Educação Alimentar e Nutricional

A história da EAN no Brasil, se entrelaça com a história da saúde e também com a história da Nutrição, portanto, não temos como falar dela sem relembrar alguns marcos citados nos módulos anteriores. Vamos ver se você se recorda!

Para facilitar a compreensão vamos dividir o histórico em três grandes períodos:

- De 1940 a 1980;
- De 1990 a 2006;
- De 2007 a 2012.

Ao final de cada período você poderá visualizar uma linha do tempo com os principais acontecimentos.

De 1940 a 1980

Na década de 1940 as revelações feitas por Josué de Castro impulsionaram as primeiras estratégias governamentais relacionadas a alimentação e nutrição, as quais tinham como público alvo os trabalhadores e estudantes. Nesta época surgiu o primeiro termo que aliava educação à alimentação e nutrição a Educação Alimentar (SILVA, 1995).

A Educação Alimentar era um dos pilares dos programas governamentais, por ser considerada um determinante para mudanças na alimentação da população. Sua abordagem era intervencionista e

Módulo 3 - Unidade 1

partia do princípio de que a população precisava ser ensinada a comer. O entendimento da alimentação saudável ia além do conhecimento de nutrientes e dependia também da transferência do conceito para prática (CERVATO-MANCUSO et al., 2016). Para que isso fosse possível existiam as “visitadoras domésticas de alimentação e nutrição” as quais entravam nas casas dos trabalhadores para orientar as donas de casa a respeito da alimentação. Felizmente a prática teve grande rejeição da população que entendia a ação como uma invasão de privacidade.

Algumas décadas depois, no período pós Segunda Guerra Mundial, a Educação Alimentar ganha força novamente. Cabe aqui lembrar que esse período foi marcado pelo recebimento do excedente de alimentos produzidos internacionalmente, que apesar de não fazerem parte da nossa cultura alimentar, foram amplamente distribuídos, inclusive na alimentação escolar.

Nesse período a Educação Alimentar tinha o objetivo de legitimar esse recebimento de alimentos e mantinha-se centrada na correção de hábitos alimentares considerados errôneos. A concepção de educação era centrada na mudança do comportamento alimentar e as propostas educativas se apoiavam no pressuposto de que o conhecimento correto de nutrição poderia reverter a má nutrição (LIMA; OLIVEIRA; GOMES, 2003).

Entre os anos 1970 e 1980, outro fator passa a fazer parte dessa estratégia educacional: a renda, já que o entendimento era de que a população sabia comer e o que lhe faltava era dinheiro para comprar alimentos. Nessa perspectiva fomentou-se a criação de programas governamentais que resultassem na transformação do modelo de desenvolvimento econômico por meio da alimentação.

Como você pode perceber, até a década de 1980, as práticas educativas relacionadas a alimentação eram preconceituosas e invasivas. Seus resultados foram mínimos e questionáveis, chegando ao ponto de tornar-se alvo de intenso debate político-ideológico. Em virtude disso, aliado ao pensamento de que a renda era o único determinante do consumo, houve uma intensa redução das políticas de Educação Alimentar.

Porém, em meados de 1980, a Educação Alimentar passa a ser chamada de **Educação Nutricional**, influenciada pelas publicações científicas sobre o tema principalmente americanas e canadenses. A mudança de nomenclatura significou o entendimento de é preciso reconhecer todas as dimensões que afetam o comportamento alimentar e que não possível promover práticas alimentares saudáveis de forma autoritária, prescritiva e limitada a aspectos científico-biológicos.

Vale lembrar que esse também foi um período de mudanças na área da saúde, onde passamos de uma “educação para saúde”, pautada na falta de conhecimento ou compreensão, para a “educação em saúde” que previa participação e contextualização social. **E quem foi o grande propositor dessas mudanças na educação?** Paulo Freire, isso mesmo!

Até aqui vimos a trajetória histórica que contribuiu para a EAN que temos hoje e estes acontecimentos podem ser identificados na figura abaixo, que ilustra uma parte da linha do tempo de EAN no Marco de Referência de EAN.

FIGURA 13. Linha do tempo da EAN no Brasil.



1990 a 2006

A década de 90 foi marcada por grandes mudanças na área da saúde com a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), acompanhado pelo fortalecimento da Atenção Primária a Saúde (APS) e pela criação do Programa Saúde da Família posteriormente transformado em Estratégia de Saúde da Família (ESF).

O que isso tem a ver com a EAN?

Não temos como falar em APS e ESF sem falar em educação, certo? Portanto abriu-se aí uma grande demanda de ações de EAN na perspectiva de promoção à saúde. O termo “promoção de práticas alimentares saudáveis” passou a aparecer em documentos oficiais brasileiros e surgiram movimentos, ações, guias e políticas públicas importantes, além da criação de campos de atuação com espaço para ações educativas.

Com o aumento da demanda cresceu também a necessidade de qualificação profissional específica sobre EAN, tendo em vista que até os próprios nutricionistas percebiam-se despreparados para esta atuação porque a bagagem teórica que traziam da graduação, era restrita.

A segunda edição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) abordava a educação alimentar e nutricional como elemento complexo e orientava que fossem buscados consensos sobre conteúdos, métodos e técnicas do processo educativo, considerando os diferentes espaços geográficos, econômicos e culturais (BRASIL, 2003).

Outra estratégia que favoreceu o progressivo aumento das ações de EAN foi o Programa Fome Zero, que propiciou a criação de restaurantes populares e de bancos de alimentos. Percebiam aqui, EAN está inteiramente ligada a garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), já que a oferta de alimentos saudáveis e adequados também se constitui como uma ação educacional.

Nessa perspectiva temos um importante passo para a consolidação da EAN, a criação da **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional** (LOSAN), que tornou a segurança alimentar e nutricional (SAN) uma política de Estado, institucionalizando a responsabilidade dos poderes públicos na promoção do direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos, em qualidade e quantidade. Também instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

Na figura abaixo, que é a continuação da linha do tempo de EAN no Marco de Referência de EAN, você identificará os importantes acontecimentos para consolidação de EAN no Brasil.

FIGURA 13. Linha do tempo da EAN no Brasil (continuação).



De 2007 a 2012

Continuando a trajetória da EAN, vamos abordar os acontecimentos da última década, os quais transformaram as ações educacionais relativas a alimentação principalmente no campo da educação, saúde e assistência social.

Na educação essa mudança começou em 2009, por meio da Lei 11.947, que prevê:

[...] a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009).

Essa mesma lei apresenta outras medidas que contribuem diretamente para a EAN, como a obrigatoriedade da oferta de alimentos da agricultura familiar local (BRASIL, 2009).

No campo da assistência social tivemos a consolidação da EAN por meio da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que prevê entre as suas diretrizes, a instituição de processos permanentes de EAN.

Outro avanço importante se deu por meio do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), que incluiu a EAN como um de seus objetivos e tinha como meta a elaboração de um documento para ser usado como referencial de EAN no Brasil.

Na saúde é importante mencionar a evolução na compreensão da EAN, da primeira para a atual versão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). A PNAN de 2013 traz a EAN como:

[...] processo de diálogo entre profissionais de saúde e a população, de fundamental importância para o exercício da autonomia e do auto-cuidado. Isso pressupõe, sobretudo, trabalhar com práticas referenciadas na realidade local, problematizadoras e construtivistas, considerando-se os contrastes e as desigualdades sociais que interferem no direito universal à alimentação (BRASIL, 2013)

Consolidando todos esses avanços, tivemos em 2012 a publicação do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, o qual é o principal documento para embasar toda e qualquer ação de EAN (BRASIL, 2012).

Para fechar esse histórico, segue a última imagem da linha do tempo de EAN no Marco de Referência de EAN, na figura abaixo.

FIGURA 13. Linha do tempo da EAN no Brasil (continuação).



Módulo 3 - Unidade 1

Mesmo não estando nas figuras, é importante ainda destacar a publicação do Marco de Referência em Educação Popular (BRASIL, 2014). O propósito era criar um conjunto de elementos para o fortalecimento e a identificação de práticas de Educação Popular nos processos das políticas públicas, estimulando a construção de políticas emancipatórias.

Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas

Muito bem! Agora que já conhecemos a história da EAN, vamos nos aprofundar nesse documento que é o grande referencial da nossa unidade.

Por que ele é tão importante? Essa é uma ótima pergunta e nós teremos um grande prazer em responder!

O primeiro ponto a se destacar é a maneira que ele foi construído. Sua elaboração foi feita de maneira coletiva e intersetorial, ao longo dos anos 2011 e 2012, e contou com representantes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, da Associação Brasileira de Nutrição, do Conselho Federal de Nutricionistas e do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição – UNB.

Este grupo se pautou na necessidade de ampliar a discussão sobre as possibilidades, limites e modos fazer EAN. Também considerou que a EAN é um campo de atuação em construção, onde há uma grande variedade de abordagens conceituais e práticas, pouca visibilidade das experiências bem-sucedidas, apresenta fragilidade nos processos de planejamento e sua presença é insuficiente nas políticas públicas.

Para contextualizar a elaboração do marco, é preciso entender que:

O ato de comer, além de satisfazer as necessidades biológicas é também fonte de prazer, de socialização e de expressão cultural. As características dos modos de vida contemporâneo influenciam o comportamento alimentar, com oferta ampla de opções de alimentos e preparações alimentares, além do aspecto midiático, da influência do marketing e da tecnologia de alimentos. Portanto, o poder e a autonomia de escolha do indivíduo são mediados por estes fatores sendo que as ações que pretendam interferir no comportamento alimentar devem considerar tais fatores e envolver diferentes setores e profissionais. Compreende-se que a EAN terá maiores resultados se articulada a estratégias de caráter estrutural que abranjam aspectos desde a produção ao consumo dos alimentos, pois sua capacidade de gerar impacto depende de ações com aquelas que o ambiente determina e possibilita (BRASIL, 2012).

Outro ponto importante é o objetivo desse documento, o qual caracteriza-se pela promoção de um campo de reflexão e prática, no conjunto de iniciativas de EAN, que contemple diversos setores desde a produção até o consumo de alimentos. Desta maneira o marco pretende apoiar os diferentes setores públicos, para que, dentro dos seus contextos, possam alcançar o máximo de resultados possíveis para melhorar a qualidade de vida da população.

Módulo 3 - Unidade 1

No documento também são apresentados os campos de prática para o desenvolvimento das ações de EAN, que engloba setores públicos como saúde, educação, assistência social, trabalho e abastecimento e também setores privados como meios de comunicação, indústrias e comércios de alimentos.

Outras questões que fazem do marco a principal referência em termos de EAN no Brasil são: o conceito e os princípios apresentados.

Você deve ter percebido que em algum momento deixamos de usar o termo Educação Alimentar e começamos a falar Educação Alimentar e Nutricional, certo? Esse é o termo mais adequado para designar as ações que abrangem tantos aspectos relacionados a cadeia produtiva de alimentos, quanto aspectos nutricionais, culturais e sociais. Ela é destinada a indivíduos, grupos e comunidades e o objetivo principal da ação é a promoção da alimentação adequada e saudável, ou seja, a todo momento que exercemos nossa profissão estamos fazendo EAN.

Pautado nisso o marco apresenta o conceito de EAN:

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2012)

Para se seja possível colocar esse conceito em prática é preciso abandonar os velhos e limitados hábitos e partir para diferentes abordagens educacionais que sejam problematizadoras e ativas e que visem principalmente o diálogo e a reflexão junto a indivíduos, grupos populacionais e comunidades.

O marco traz ainda nove princípios para embasar o desenvolvimento das ações de EAN, são eles:

- Sustentabilidade social, ambiental e econômica
- Abordagem do sistema alimentar na sua integralidade
- Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas (cultura, religião, ciência)
- A comida e o alimento como referências - Valorização da culinária enquanto prática emancipatória e de auto-cuidado dos indivíduos
- A promoção do autocuidado e da autonomia
- Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia
- Diversidade nos cenários de prática
- Intersetorialidade
- Planejamento, avaliação e monitoramento das ações

SAIBA MAIS

Para compreender melhor as dimensões de cada princípio, recomendamos que você assista ao vídeo elaborado pela Rede Virtual Ideias na Mesa, através do link:

<https://www.youtube.com/watch?v=E899xC32MWk>

O último ponto que destacaremos sobre o marco, é a comunicação. Por comunicação entende-se não apenas a transmissão de informações, mas o conjunto de processos mediadores que influenciarão de forma positiva ou negativa no processo de aprendizagem.

Para que a comunicação seja capaz de empoderar o outro, segundo o marco, ela deve ser pautada em:



A forma como você se comunica e conduz as ações de EAN refletirá nos principais aspectos limitantes ou potenciais para efetivação das mesmas. Dentre esses aspectos estão: as relações de poder, as relações dialógicas e a coerência entre a teoria e a prática.

As relações de poder dizem respeito ao saber acadêmico e ao saber popular. Essa deve ser uma relação horizontal e dialógica, onde ambos os saberes sejam valorizados e não haja uma suposta superioridade do saber acadêmico sobre o popular.

As relações dialógicas dizem respeito tanto ao diálogo entre os profissionais (professores, educadores, nutricionistas, outros atores sociais), como entre os profissionais e a população. É preciso construir coletivamente, considerando as demandas, as limitações e potencialidades de cada ator envolvido.

Por fim, precisa haver coerência entre a teoria e a prática, ou seja, antes de qualquer planejamento é preciso conhecer minuciosamente todos os pontos que influenciarão no desenvolvimento das ações, como por exemplo o território, as famílias e a cultura local.

SAIBA MAIS

Quer saber mais sobre o “Marco de referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas”? Acesse o documento na íntegra:

http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf

CONCLUSÃO

Sabemos que ainda são muitas as dificuldades para a atuação intersetorial e que sua realização implica na reorganização do seu processo de trabalho. Porém quando experienciamos a realização de uma atuação intersetorial percebemos a grandiosidade e a potencialidade na resolução dos problemas e na mudança na realidade.

Como não podemos dar um passo à trás na formação, apostamos na educação permanente para subsidiar e qualificar o trabalho de vocês. Esperamos que esse curso possa estar contribuindo na sua caminhada profissional!

Este módulo foi elaborado especificamente para nutricionistas, com enfoque na liderança, pois vocês são os articuladores de todas as ações de alimentação e nutrição em nível municipal.

O próximo módulo será ofertado para todos os profissionais que atuam na saúde e na educação e seu objetivo é difundir a Educação Alimentar e Nutricional para todos os atores que podem desenvolvê-la sob a sua coordenação.

Vamos lá?

Referências Bibliográficas

BRASIL. Secretaria-geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Articulação Social; Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. **Marco de referência da educação popular para as políticas públicas**. Brasília: Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã/SNAS/SG, 2014. 63 p. Disponível em: <http://confinteabrazilmais6.mec.gov.br/images/documentos/marco_de_referencia_da_educacao_popular.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de alimentação e nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. 48 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 84 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS, 2012. 68 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção

LIMA, E. S.; OLIVEIRA, C. S.; GOMES, M. C. R. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro (1980-98). **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.603-635, maio/ago. 2003.

SILVA, A. C. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 9, n. 23, p.87-107, abr. 1995.